



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vanessa Freitag de Araújo

Lucas Men Benatti

Beatriz Perdigão Ganassin

165

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de análise bibliográfica e documental, buscando, em referenciais, as perspectivas dos autores sobre a alfabetização e o letramento, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Este artigo tem como objetivo a análise de conceitos de alfabetização e letramento presentes em obras de autores renomados na produção acadêmica acerca da alfabetização nacional e identificar em qual esfera metodológica cada autor se encontra, além de analisar documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a fim de observar o que eles nomeiam como metodologia de alfabetização. No decorrer da análise, foi possível perceber que os mesmos não fazem referência a metodologias para se alfabetizar, apenas orientam, em alguns aspectos, a alfabetização. Foi possível perceber que os autores selecionados como fonte de pesquisa consideram metodologias distintas, porém sendo a maioria deles preferível ao método analítico.

Palavras-Chave

Educação; Metodologias de Alfabetização; Letramento.

ALFABETIZACIÓN Y LITERACIDAD: SUPUESTOS TEÓRICOS Y METODOLÓGICOS PARA LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

RESUMEN

Se trata de una investigación de análisis bibliográfico y documental, buscando, en las referencias, las perspectivas de los autores sobre la lectoescritura y la lectoescritura, especialmente en los primeros años de la Enseñanza Fundamental. Este artículo tiene como objetivo analizar los conceptos de alfabetización y lectoescritura presentes en obras de autores de renombre en la producción académica brasileña sobre alfabetización nacional e identificar en qué ámbito metodológico se encuentra cada autor, además de analizar documentos como la Base Nacional Común Curricular (BNCC, en portugués) y la Política Nacional de Alfabetización (PNA, en portugués), para observar lo que denominan como metodología de alfabetización. Durante el análisis, fue posible percibir que no se refieren a metodologías para alfabetizarse, solo orientan, en algunos aspectos, la alfabetización. Se



pudo percibir que los autores seleccionados como fuente de investigación consideran diferentes metodologías, sin embargo la mayoría de ellas son preferibles al método analítico.

Palabras clave

Educación; Metodologías de alfabetización; Literacidad.

TEACHING TO READ AND WRITE AND LITERACY: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL ASSUMPTIONS FOR THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

ABSTRACT

This is a bibliographical and documentary analysis research, seeking, in references, the authors' perspectives on teaching to read and write and literacy, especially in the early years of Elementary School. This article aims to analyze the concepts of teaching to read and write and literacy present in works by renowned authors in brazilian academic production about national literacy and to identify in which methodological sphere each author is found, in addition to analyzing documents such as the National Common Curricular Base (BNCC, in portuguese) and the National Literacy Policy (PNA, in portuguese), in order to observe what they name as literacy methodology. During the analysis, it was possible to perceive that they do not refer to methodologies to become literate, they only guide, in some aspects, literacy. It was possible to perceive that the authors selected as a research source consider different methodologies, however most of them are preferable to the analytical method.

Key Words

Education; Methodologies of teaching to read and write; Literacy.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de uma de pesquisa que possui como objetivo analisar os conceitos de alfabetização e letramento presentes nas obras dos principais autores considerados como autoridades para o processo de ensino, tais como Soares (2016; 2004), Carvalho (2004), Smolka (2003), Gontijo (2008), Lemle (2001), Capovilla e Capovilla (2003)¹, bem como identificar qual método de alfabetização cada autor se situa, sendo esses divididos em dois campos: sintéticos e analíticos.

Para além de analisar como cada autor teoriza sua metodologia de alfabetização — uma vez que defendem diferentes perspectivas metodológicas de alfabetização — a

¹ A seleção de tais autores justifica-se por serem nomes recorrentes nas referências bibliográficas das ementas das disciplinas Alfabetização e Letramento, Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Formação e Ação Docente: Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.



pesquisa também visa analisar como dois documentos oficiais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA), consideram a respeito do processo de alfabetização.

Até meados de 1980, a aprendizagem inicial da leitura e da escrita se limitava apenas à alfabetização, na qual a criança era levada ao sistema convencional da escrita; que consiste, inicialmente, em apropriar-se do sistema de escrita alfabética, por intermédio da codificação, decodificação e do domínio das convenções gráficas, para depois fazer o uso da escrita.

É consenso entre pesquisadores — tais como Soares (2004), Mortatti (2019) e até mesmo Piaget (2010)² — que os métodos de alfabetização se alternam, ao longo da história, em um movimento pendular, que por vezes opta pelo princípio da síntese e compreende o processo de alfabetização a partir das unidades menores da língua (letras, fonemas, sílabas) em direção às unidades maiores (palavra, frase, texto), como os métodos alfabético, fônico e silábico, ou oscila para os métodos que optam pelo princípio da análise, que buscam alfabetizar na perspectiva contrária dos métodos sintéticos, ou seja, a partir das unidades maiores da língua escrita e portadoras de sentido (palavra, frase, texto) em direção às unidades menores, como os métodos da palavração, sentencição e global.

A difusão no Brasil da psicogênese da língua escrita na década de 1980, resultou em uma nova orientação para a aprendizagem da língua escrita. Com isso, apagou-se a distinção entre alfabetização e letramento, propondo-se que a aprendizagem do sistema de escrita — a alfabetização — ocorresse de uma interação intensa e diversificada com a criança, com práticas e materiais reais de leitura e de escrita, de diferentes gêneros e diferentes portadores no decorrer do letramento (SOARES, 2004). Em outras palavras, por meio do letramento, o alfabetizando constrói, progressivamente, o conceito do sistema de escrita até se tornar alfabetizado, descobrindo, conforme as suas ideias e hipóteses, as relações entre os fonemas e as letras. Como o construtivismo, em decorrência de sua proposta teórica, rejeitou os métodos de alfabetização, as cartilhas e os pré-livros, até então em uso nas escolas, passou-se, numa inferência inadequada, a ignorar o processo da aquisição do sistema de escrita (SOARES, 2004).

A alfabetização, ao longo da história, passou por diversas transformações e concepções. Atualmente encontramos divergências nos métodos de alfabetização que cada

² “É um problema de pedagogia experimental decidir se a maneira de aprender a ler consiste em começar pelas letras, passando em seguida às palavras e finalmente às frases [...], ou se é melhor proceder na ordem inversa, como recomenda o método 'global' de Decroly” (PIAGET, 2010, p. 80).



autor considera adequado; além de que, documentos como a BNCC e o PNA, que regem o ensino e as políticas, não consideram em si, explicitamente, um método de alfabetização. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar o método que cada autor selecionado considera e o que a BNCC e a PNA levam em consideração.

Nesse contexto, a pesquisa tem como problematização as seguintes indagações: sendo possível observar que as definições de alfabetização e letramento não mudam, efetivamente, de autor para autor, mas sim o modo de se alfabetizar, como é possível analisar esses autores à luz das políticas públicas, de modo que não haja um conflito para o docente? As políticas educacionais priorizam o conteúdo científico produzido por pesquisadores brasileiros?

O trabalho divide-se em três seções: a primeira corresponde à alfabetização e ao letramento de acordo com a legislação brasileira, que é a política da PNA e a BNCC, pontuando a perspectiva destes documentos sobre a alfabetização, a segunda seção discorre sobre o que as autoridades acadêmicas no Brasil consideram sobre a alfabetização e por fim, às polêmicas sobre os métodos de se alfabetizar.

2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ACORDO COM A BNCC (2017) E PNA (2019)

As orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino da linguagem escrita, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, desdobram-se nas políticas e na alfabetização, como a Política Nacional de Alfabetização. A PNA é uma normativa oficial, na qual interessa-nos destacar o conceito adotado de alfabetização, que deve ser pautado “[...] em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional [...]” (BRASIL, 2019, p. 1).

A BNCC (BRASIL, 2017) é um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ela define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever.

O documento pontua que os anos iniciais do Ensino Fundamental é o período no qual se aprofunda as experiências com a língua oral e a escrita, que já foram iniciadas durante a Educação Infantil. Portanto,



no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo da Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais (BRASIL, 2017, p. 89).

Com isso, a BNCC (2017) afirma que, nesse processo de alfabetização, é necessário que o aluno conheça o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura, que consiste na codificação e decodificação dos:

sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, 2017, p. 90).

A BNCC (BRASIL, 2017) indica a existência de pesquisas a respeito da construção da língua escrita — todavia, não as referenciam, sequer apresentam dados ou fontes — que demonstram que, no processo de alfabetização, é preciso:

Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos); desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura; construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão; perceber quais sons se deve representar na escrita e como; construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos; perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação; até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica (BRASIL, 2017, p. 91).

Com isso, a BNCC (2017) considera que alfabetizar é trabalhar com a apropriação, pelo aluno, da ortografia, levando em consideração que esse é um processo longo e de construção de conhecimentos sobre o funcionamento da língua e da escrita. A Base não defende um método específico de se alfabetizar e não há imposição de metodologias,



portanto, nesse sentido, o professor ou a escola tem autonomia para escolher o método que deseja utilizar.

Já a PNA (BRASIL, 2019), por sua vez, apresenta propostas mais específicas com relação ao processo de alfabetização — cujos alicerces, vale ressaltar, devem ser firmados já na Educação Infantil, portanto, antes dos primeiros anos do Ensino Fundamental — uma vez que foram deixadas muitas lacunas na BNCC. Por exemplo, a BNCC não define metodologias de ensino, nem possui referências bibliográficas específicas que, para além de fornecer embasamento teórico aos educadores, explicitariam seus referenciais teóricos. A Política Nacional de Alfabetização define a alfabetização como:

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético (BRASIL, 2019, p. 18).

Este documento considera que, para se entender o princípio alfabético — que é um passo importante para a aprendizagem do sistema de escrita alfabético — é necessário compreender que o alfabeto não é formado apenas por sinais gráficos, mas por letras que representam os sons da fala,

o ensino dessas habilidades de leitura e de escrita é que constitui o processo de alfabetização. Se alguém é alfabetizado, significa que é capaz de decodificar e codificar qualquer palavra em sua língua. Mas a aquisição dessa técnica não é um fim em si. O objetivo é fazer que se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão (BRASIL, 2019, p.19)

Portanto, o processo de alfabetização não se concretizou, caso o ensino das habilidades não ocorrer, pois não basta apenas ler e escrever palavras, mesmo com precisão e fluência, pois isso é apenas o início do processo de alfabetização: é necessário consolidá-la por meio de atividades complexas que estimulem a escrita e a leitura, para que a pessoa se torne capaz de utilizar essas habilidades de forma independente, conseguindo transmitir e produzir novos conhecimentos.

O enfoque da BNCC são as competências e as habilidades a serem desenvolvidas na Educação Básica. Na PNA, por sua vez, há uma indicação metodológica, a “alfabetização com



base em evidências” e na “ciência cognitiva da leitura” e sugere pilares do processo de alfabetização, como a consciência fonêmica, a sistematização fônica, a fluência da leitura, o desenvolvimento de vocabulário, a compreensão e interpretação de textos e a produção textual. Em seu decreto de instituição lemos que a PNA, “[...] por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas” (BRASIL, 2019, p. 01, grifos nossos). É válido ressaltar que, nos programas de formação docente da Secretaria de Alfabetização (SEALF) do Ministério da Educação (MEC), tais como o *Tempo de Aprender*³, *Alfabetização Baseada na Ciência — ABC*⁴ e *Conta pra Mim*⁵, há a valorização dos métodos sintéticos de alfabetização.

A PNA (BRASIL, 2019, p. 18) define alfabetização como “[...] ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético”, entendendo esse sistema como a representação dos sons da fala por signos (letras do alfabeto), que deve evoluir das estruturas menores da linguagem para as maiores; sendo que cada uma deve ser superada progressiva e sistematicamente. De acordo com o pressuposto teórico da PNA:

A ciência cognitiva da leitura afirma que, ao contrário do que supõem certas teorias, a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural nem

³ Instituído pela Portaria nº280/2020, do Ministério da Educação, o Programa Tempo de Aprender possui como finalidade “melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil”, com ações como a “[...] valorização dos profissionais da alfabetização, por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores”, com o objetivo de “elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas” (BRASIL, 2020a, p. 2-4, grifos nossos).

⁴ “Em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou o documento *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. A obra faz referência a países que modificaram suas políticas públicas para a alfabetização, com base nas evidências científicas mais recentes, como Inglaterra, França, Austrália, Israel e Finlândia. Em consequência, em todos esses países, e particularmente em Portugal, houve um progresso significativo na aprendizagem da leitura e da escrita. O curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC) compartilha no Brasil essas experiências exitosas, com apoio de renomadas instituições portuguesas. A iniciativa soma-se a outras parcerias internacionais do Ministério da Educação (MEC), como o lançamento do aplicativo finlandês GraphoGame e a adesão ao *Progress in International Reading Literacy (Pirls)* e ao *Trends In International Mathematics And Science Study (Timss)*” (BRASIL, 2021, p. VI, grifos nossos).

⁵ Programa de Literacia Familiar do Governo Federal que possui como objetivos “I - o reconhecimento da família como ator fundamental para o sucesso educacional dos filhos; II - o incentivo ao trabalho voluntário para a realização de atividades ou para a participação de projetos voltados à promoção das práticas de literacia familiar; III - a integração e cooperação entre sociedade civil, escolas, redes educacionais e todas as esferas governamentais com vistas ao sucesso de iniciativas relativas à literacia familiar; IV - a fundamentação de suas ações em evidências científicas e em práticas exitosas nacionais e internacionais; e IV - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização (BRASIL, 2020b, p. 2, grifos nossos).



espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar. A leitura e a escrita precisam ser ensinadas de modo explícito e sistemático, evidência que afeta diretamente a pessoa que ensina. Por isso os professores também estão entre os principais beneficiados desse ramo da ciência (BRASIL, 2019, p. 20).

O objetivo do processo de alfabetização que embasou as políticas públicas nos últimos quatro anos compreende que:

É fazer que se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão. Sem isso, o processo de alfabetização não frutifica, pois ler e escrever palavras com precisão e fluência, dentro e fora de textos, é apenas o começo de um caminho que deve ser consolidado por meio de atividades que estimulem a leitura e a escrita de textos cada vez mais complexos, a fim de que a pessoa se torne capaz de usar essas habilidades com independência e proficiência para aprender, transmitir e até produzir novos conhecimentos (BRASIL, 2019, p. 18).

Com exceção do último governo brasileiro (2019-2022), as gestões públicas não tornam explícitas a preferência pelos métodos globais de alfabetização, porém elas estão implícitas nas formas de organização nos planos de alfabetização, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que tem uma perspectiva de formação pelo método global; portanto são políticas que deram ênfase ao letramento.

Posteriormente, há uma valorização da alfabetização baseada em “evidências”⁶. Esse termo é um tanto complexo, pois essas evidências possuem suas origens em trabalhos para a alfabetização em outros idiomas, como o inglês, e não voltado para as especificidades da língua portuguesa. E há de se questionar o que são considerados enquanto evidências, uma vez que existem publicações científicas que apontam resultados para diferentes métodos que não aquele associado ao governo.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ACORDO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Falar sobre alfabetização implica situá-la no quadro social mais amplo, a fim de realizar uma reflexão crítica. É necessário entender, inicialmente, que na alfabetização, vincula-se a compreensão de educação e de escola, presentes nas sociedades com o objetivo de formar os indivíduos de acordo com os estágios históricos em desenvolvimento — uma

⁶ Para maiores informações, sugerimos a leitura do Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (BRASIL, 2020c).



vez que, de acordo com Orso (2008, p. 51), “[...] a educação tende a ‘refletir’ a sociedade que a produz”. Para tanto, utilizaremos como referencial teórico Saviani (2013, p. 14), que entende ser a função social da escola “[...] propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. Saviani (1985) discursa sobre o papel e o sentido do pedagogo, na qual coloca que a pedagogia refere-se à condução da criança, que está inserida no processo de formação cultural e pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural:

[...] aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. E como o homem só se constitui como tal na medida em que se destaca da natureza e ingressa no mundo da cultura, eis como a formação cultural vem a coincidir com a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez, em formador de homens (SAVIANI, 1985, p. 1).

Apresentamos dois apontamentos que irão nos direcionar em nosso problema de pesquisa: de acordo com Gontijo (2008), ao investigar o processo de apropriação da língua escrita, é fundamental compreender que:

[...] para o desenvolvimento do trabalho educativo, na alfabetização, é necessário ter como ponto de partida, para sua organização, um conceito de alfabetização que abranja as diferentes dimensões desse processo que, por sua vez, devem ser tomadas como eixos norteadores do trabalho em sala de aula (GONTIJO, 2008, p.198).

Já Smolka (2003) indica que a ação pedagógica de alfabetização nas escolas brasileiras tem demonstrado um elevado número de educandos que não conseguem aprender a ler e escrever, colocando-os à margem da sociedade, uma vez que a alfabetização se figura enquanto:

[...] instrumento e veículo de uma política educacional que ultrapassa amplamente o âmbito meramente escolar e acadêmico. A ideologia da ‘democratização do ensino’ anuncia o acesso à alfabetização pela escolarização, mas, efetivamente, inviabiliza a alfabetização pelas próprias condições da escolarização: oculta e se esconde nessa ideologia a ilusão e o disfarce da produção do maior número de alfabetizados no menor tempo possível. Nesse processo da produção do ensino em massa [...], as práticas pedagógicas não apenas discriminam e excluem como emudecem e calam [...] (SMOLKA, 2003, p. 16).



No Brasil, mesmo existindo diversos estudos acerca da alfabetização, ainda há muitas pessoas analfabetas, iletradas e analfabetas funcionais — e que, por este motivo, ficam à margem da sociedade, vivendo fora da zona em que aparecem as melhores oportunidades, tanto profissionais, quanto pessoais. Baseado nesses estudos e pesquisas, vemos a necessidade de que as pessoas sejam alfabetizadas para que consigam conviver em sociedade. Por esta razão, se faz cada vez mais necessário que os professores da Educação Básica se aprofundem em estudos sobre a alfabetização e letramento, assim como seus métodos, para auxiliá-los dentro de sala de aula.

Para que ocorra a aquisição da leitura e escrita, Soares (2010) afirma que são necessários dois passaportes. Um deles é a aquisição de uma tecnologia, o Sistema de Escrita Alfabético (SEA) e as convenções para seu uso, assim como o desenvolvimento de competências para o uso dessa tecnologia em práticas sociais que envolvam a língua escrita.

A alfabetização é cercada por sistemas de escrita e convenções para seu uso e que se constituem como uma tecnologia criada há muito tempo, mas que, conforme o tempo, foi se aperfeiçoando (SOARES, 2010). Na antiguidade, vemos desenhos e símbolos que eram utilizados como escrita e forma de comunicação, mas posteriormente, descobriu-se que aqueles desenhos poderiam representar sons de fala por sinais gráficos, criando assim, o sistema alfabético.

Ao longo da história da humanidade, foram criadas convenções a respeito da escrita e leitura e sobre o uso do sistema alfabético, que resultou no sistema ortográfico. Com isso, para a entrada no mundo da escrita, é necessária a aquisição de uma tecnologia, contendo a codificação de fonemas em grafemas e decodificação de grafemas em fonemas, como também aprender a utilização dos instrumentos necessários para se escrever, como o lápis, caneta, borracha, caderno (SOARES, 2004). Portanto, essa aprendizagem trata do sistema alfabético e ortográfico de escrita e das técnicas para seu uso, que correspondem à alfabetização.

O letramento está relacionado com a alfabetização, os dois são uma junção, pois só a aquisição da tecnologia da escrita — um dos passaportes — não garante, em si, a entrada no mundo da escrita. É necessário o desenvolvimento de competências para o uso da leitura e escrita nas práticas sociais e não basta saber ler e escrever como um processo de codificação e decodificação: é necessário compreender aquilo que está sendo escrito e lido, se apropriar dessas tecnologias para que a criança saiba, realmente, ler e escrever (SOARES, 2010).

Magda Soares foi pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale)



da Faculdade de Educação da UFMG. A autora possui diversas obras acerca da alfabetização e dos seus métodos de alfabetização, que são utilizadas como fonte de pesquisa. Dentro do contexto escolar contemporâneo, Soares (2010) compreende a alfabetização enquanto aquisição de uma tecnologia que engloba diferentes habilidades, que vão desde o desenvolvimento cognitivo, sensório-motor, codificação e decodificação:

175

Assim, um dos passaportes para a entrada no mundo da escrita é a aquisição de uma tecnologia – a aprendizagem de um processo de representação: codificação de sons em letras ou grafemas e decodificação de letras ou grafemas em sons; a aprendizagem do uso adequado de instrumentos e equipamentos: lápis, caneta, borracha, régua...; a aprendizagem da manipulação de suportes ou espaços de escrita: papel sob diferentes formas e tamanhos, caderno, livro, jornal...; a aprendizagem das convenções para o uso correto do suporte: a direção da escrita de cima para baixo, da esquerda para a direita. A essa aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico de escrita e das técnicas para seu uso é que se chama ALFABETIZAÇÃO (SOARES, 2010, p. 22, destaque da autora).

Enquanto letramento, a autora diferencia-os, conceituando que ele pode ser “[...] entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais” (SOARES, 2004, p. 98).

Ao considerar os métodos de se alfabetizar, Soares (2019) afirma que para a alfabetização, na perspectiva do letramento, é fundamental que sejam consideradas as diferentes facetas — ou seja, ao passo que a criança aprende a codificar e decodificar, ela necessariamente precisa adquirir a habilidade de interpretar e compreender os textos,

[...] de início lidos pelo (a) alfabetizador (a), aos poucos lidos por ela mesma, e a produzir textos, de início em escrita inventada, aos poucos em frases, em pequenos textos de diferentes gêneros, ditados para o/a alfabetizador (a), que atua como escriba, ou escritos por ela mesma. [...] E aprende a escrever palavras produzindo palavras e textos reais — não palavras isoladas, descontextualizadas, ou frases artificiais apenas para prática das relações fonema-grafema; e ao mesmo tempo vai ainda aprendendo a identificar os usos sociais e culturais da leitura e da escrita, vivenciando diferentes eventos de letramento e conhecendo vários tipos e gêneros textuais, vários suportes de escrita: alfabetizar letrando (SOARES, 2019, p. 350).

Soares (2010) também reforça que:

É um equívoco pensar que a escola é a única responsável por propiciar à criança o passaporte de entrada no mundo da escrita. Muito antes da chegada da criança na escola, seja na educação infantil ou no ensino



fundamental, ela já teve contato com a escrita, pois a mesma está presente no nosso cotidiano. Assim, desde muito cedo a criança convive com práticas de letramento — vê pessoas lendo ou escrevendo, e assim vai se familiarizando com as práticas de leitura e de escrita; e também desde muito cedo inicia seu processo de alfabetização — observa textos escritos à sua volta, e vai descobrindo o sistema de escrita, reconhecendo algumas letras, algumas palavras. (SOARES, 2010, p 23).

Porém, a autora afirma que, mesmo a criança obtendo acesso ao letramento antes da entrada na escola:

Esses primeiros passos da criança no mundo da escrita, fora e antes da instituição educativa, ocorrem, em geral, de forma assistemática, casual, sem planejamento; é a escola que passará a orientar de forma sistemática, metódica, planejada, esses processos de alfabetização e letramento (SOARES, 2010, p. 23).

Como no processo de alfabetização e letramento existem inúmeras facetas, é necessária a aquisição do sistema alfabético e ortográfico da escrita. Para isso, é imprescindível que o alfabetizado compreenda a apropriação das relações fonema-grafema e as técnicas e convenções para seu uso, aprenda a reconhecer, ler e compreender diferentes gêneros de textos, com diferentes objetivos, para diferentes interlocutores e em diferentes situações. Para Soares (2010), cada uma dessas múltiplas facetas tem uma natureza específica, na qual:

É esclarecida por determinadas teorias e, conseqüentemente, envolve determinados processos cognitivos, para sua aprendizagem. Por exemplo: as relações fonema-grafema são um sistema de representação, compreendido por meio da análise comparativa entre a cadeia sonora da fala e a notação gráfica da escrita, de que se ocupam as teorias fonológicas, e aprendido por meio de processos cognitivos que conduzam à formação de automatismos; já as práticas de leitura são processos de interação, esclarecidos por teorias da enunciação, da leitura, dos gêneros, de que se ocupam as ciências linguísticas e psicológicas, e desenvolvidos por meio de processos cognitivos que conduzam a habilidades de compreensão e construção de sentido (SOARES, 2010, p. 27).

Com isso, se o método de ensino corresponde à orientação da aprendizagem de determinado objeto do conhecimento, um método deve definir-se pela natureza do objeto do conhecimento, pelas teorias que o esclarecem e pelos processos cognitivos para sua aprendizagem. Nesse sentido, a autora afirma que:



Sendo muitas e diferentes as facetas da alfabetização e do letramento, e considerando que esses dois processos, como foi afirmado, devem ser desenvolvidos simultaneamente e indissociavelmente, já não se pode pretender a UM único método para a orientação da aprendizagem inicial da língua escrita, é preciso lançar mão de MÉTODOS, no plural: uma articulação de procedimentos que alfabetizam e letrem, propiciando à criança uma entrada plena no mundo da escrita, que é a finalidade última da aprendizagem inicial da língua escrita (SOARES, 2010, p. 28).

Miriam Lemle, por sua vez, atuou na área de Linguística, na linha de Gramática Gerativa. Foi professora, orientadora e pesquisadora, principalmente em temas voltados para a especificação dos mecanismos de *interface* entre a sintaxe e a semântica.

Para Lemle (2001), o processo de alfabetização é complexo, necessitando desenvolver quatro capacidades fundamentais: a compreensão do símbolo, a distinção das formas das letras do alfabeto, a discriminação dos sons da fala e, finalmente, a consciência da unidade palavra. A autora também introduz conceitos de linguística, essenciais para a formação dos pedagogos. Para a autora, durante o processo de alfabetização:

A primeira coisa que a criança precisa saber é o que representam aqueles risquinhos pretos em uma página branca. Esse conhecimento não é tão simples quanto parece a quem já o incorporou há muitos anos ao seu saber. Observe que, para entender que os risquinhos pretos no papel são símbolos de sons da fala, é necessário compreender o que é um símbolo (LEMLE, 2009, p. 5).

Ela considera que a criança necessita de três capacidades para fazer uma ligação simbólica entre sons da fala e as letras do alfabeto. A primeira capacidade corresponde à compreensão da ligação simbólica entre as letras e os sons da fala. A segunda é a capacidade de visualizar a diferença entre letras. A terceira é a capacidade de ouvir e ter consciência dos sons da fala, levando as suas diferenças em consideração.

Lemle (2001) considera que há dois caminhos possíveis oficialmente reconhecidos para conduzir o trabalho da alfabetização: o primeiro consiste em mostrar primeiro as letras e os sons que elas representam; depois compor, com elas, as sílabas e palavras; o segundo consiste em mostrar primeiro a palavra ou frase e identificar nela as letras e os sons a que essas correspondem. A autora afirma que:

O primeiro caminho recebe o nome de método sintético, pois a tarefa consiste em sintetizar sequências, dados os átomos componentes. O antigo método de repetição do bê - á - bá encaixa-se nesse tipo. O segundo caminho recebe o nome de método analítico, já que se parte das



seqüências completas, sendo a tarefa analisá-las e identificar os átomos (LEMLE, 2001, p. 29).

Os dois métodos são propostas que conduzem o alfabetizando a dar o primeiro passo do conhecimento do sistema ortográfico, que corresponde à etapa da hipótese de correspondência biunívoca, ou, como a terminologia utilizada por Lemle (2001) da monogamia. As duas autoras de referência para a alfabetização brasileira, Soares e Lemle, faleceram nos últimos três anos, mas deixaram marcas indeléveis no âmbito da alfabetização nacional.

Marlene Carvalho (2004), autora graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969), por sua vez, afirma que as vozes dos professores regentes do Ensino Fundamental — ou seja, dos alfabetizadores — estão distantes das pesquisas acadêmicas e que o problema da alfabetização no Brasil deve-se a uma espécie de “cegueira ideológica”.

Carvalho (2004) diz que o uso da palavra alfabetização, no sentido restrito de aprendizagem inicial da leitura e escrita — é a ação de ensinar (ou o resultado de aprender) o código alfabético; ou seja, as relações entre letras e sons. Existem definições mais amplas de alfabetização, que incluem as habilidades de interpretação de leitura, produção de escrita e até de conhecimento do mundo, mas a autora preferiu destacar o caráter específico da alfabetização, que considera como um processo limitado no tempo, no conteúdo e nos objetivos.

Marlene Carvalho, em 1994, publicou o *Guia Prático do Alfabetizador* e após dez anos do lançamento de sua primeira edição, a autora foi convidada a atualizá-lo. A obra corresponde a um guia de alfabetização, que se destina especialmente a professores que acreditam na prática pedagógica baseada nos métodos analíticos, que estejam — ou não — iniciando sua atuação como alfabetizadores, uma vez que este livro propõe atividades para estimular o interesse pela leitura, levando o aluno a pensar sobre o idioma e como ela funciona.

A autora Marlene Carvalho, em sua obra *Guia Prático do Alfabetizador* (2004), apresenta três propostas metodológicas de alfabetização: a alfabetização a partir do texto, a alfabetização a partir da frase e a alfabetização a partir da palavra contextualizada. Na primeira proposta, Carvalho ressalta que a principal finalidade da leitura é que ela seja compreendida pelo leitor, no qual ele possui um objetivo ao ler, podendo ser superficial, buscando alguma informação pontual ou mais profunda, quando é preciso analisar ou estudar.



Carvalho (2004) defende que é importante o estudo de diferentes gêneros textuais desde o início da alfabetização, pois isso auxilia no desenvolvimento de uma leitura eficiente dos textos, pois muito se erra ao acreditar que a leitura é um ato mecânico, com decodificação de letras e palavras soltas e textos sem significado. Nesse sentido, é importante incentivar atividades em que a leitura faça sentido e não pareça algo inútil ou difícil.

A autora, em seu livro, descreve propostas didáticas que podem auxiliar o professor no momento de alfabetizar. No capítulo seguinte, há sugestões de atividades que levam o aluno a se familiarizar com o sistema de escrita e estimulam o letramento. Apesar de parecer uma receita, Carvalho (2004) aponta que o “exercício pelo exercício não ensina ninguém a ler nem a escrever” (p. 36) e que “a forma pela qual a leitura é encarada pelo alfabetizador” faz a diferença no processo de construção desse conhecimento.

No momento do livro, intitulado *Metodologias de Alfabetização*, a autora sugere metodologias para se ensinar a ler a partir do texto, da frase e da palavra contextualizada. Carvalho orienta que a escolha do texto, necessariamente, precisa fazer sentido para a turma. Posteriormente, ela sugere atividades para iniciar a alfabetização sistemática dos alunos, com o objetivo que estes relacionem as unidades gráficas às unidades sonoras da língua. Além disso, há indícios de como decompor o texto em unidades menores, considerando a frase e, depois, a palavra.

Por fim, apresenta a alfabetização a partir da frase, na qual há uma problematização da escolha desta metodologia, por se tratar de uma unidade menor que o texto, podendo ser menos rica de significado e mais artificial. Com isso, sugere que seja uma frase relacionada ao cotidiano da sala de aula e da escola, para que haja a compreensão das funções sociais da escrita e da análise do sistema de escrita alfabético.

Tal argumento é ratificado por Capovilla; Capovilla (2007), que vão além, afirmando que não apenas a realidade da sala de aula está ausente das pesquisas científicas, mas que as políticas públicas estão distantes de ambos os processos da realidade escolar e acadêmica:

Infelizmente, no entanto, temos visto autoridades governamentais brasileiras em educação impondo políticas falhas e métodos mal testados, limitando a autonomia dos educadores de fazer suas próprias descobertas a partir de experimentos e de implementar as descobertas mais animadoras de todo o mundo. Ao invés de conduzir pesquisas para descobrir como reverter o fracasso das crianças, tais autoridades desencorajam qualquer pesquisa e propõem respostas prontas e inconsequentes, baseadas em mera especulação, em senso comum ou em sua limitada experiência



particular com a alfabetização. É essencial ultrapassar a esfera do senso comum e conduzir pesquisas científicas capazes de identificar as causas dos problemas educacionais e de descobrir métodos comprovadamente eficazes em garantir que nossas crianças consigam aprender e desenvolver seu pleno potencial (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2007, p. 4).

Capovilla; Capovilla (2007) defendem, com base em afirmações de Piaget, a necessidade de uma pedagogia experimental, com dados cruzados para definição do melhor método de alfabetização para crianças. De acordo com os autores, alguns dados internacionais apontam para o método fônico de alfabetização, método esse desenvolvido em sua pesquisa, que culminou na elaboração de materiais didáticos. De acordo com Piaget (1969, p. 22, apud CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2007, p. 5):

É um problema de pedagogia experimental decidir se a melhor maneira de aprender a ler consiste em começar pelas letras, passando em seguida às palavras e finalmente às frases, segundo preceitua o método clássico [...] ou se é melhor proceder na ordem inversa, como recomenda o método global de Decroly. Só o estudo paciente, metódico, aplicado aos grupos comparáveis de assuntos em tempo igualmente comparável, neutralizando-se tanto quanto se possa os fatores adventícios [...], é capaz de permitir a solução do problema.

A consciência fonológica refere-se à capacidade mental (consciência) de refletir sobre a estrutura sonora (fonológica) da fala. O método fônico refere-se a uma abordagem, uma opção no processo de alfabetização. Portanto, independentemente do método utilizado, é sempre possível — se não necessário — o treino da consciência fonológica (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2003).

Segundo Fernando Capovilla, o método fônico, defendido por ele, prioriza o ensino dos sons das letras e, posteriormente, constrói a mistura destes sons para alcançar a pronúncia completa da palavra. Após alguns fonemas já compreendidos pelo alfabetizando, se ensina a combiná-los de modo que formem palavras. Para ele, o texto deve ser introduzido para a criança de maneira gradual, conforme ela for adquirindo habilidades na alfabetização.

É interessante observar, nesse sentido, que, independente da vertente pedagógica e da metodologia de alfabetização, os autores apresentam um consenso ao observar que as políticas públicas, em sua maioria, andam deslocadas da realidade escolar e da produção científica produzida nas universidades. Bem como pontuam, quase unanimemente, que as polêmicas ideológicas entre métodos é contraproducente e só afeta negativamente o



processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que, o processo de alfabetização exige uma riqueza e diversidade de recursos, domínio de técnicas e apropriação teórica.

4 OS MÉTODOS DE SE ALFABETIZAR E SUAS POLÊMICAS

Reading War é uma disputa que ficou conhecida no mundo como uma “guerra” conceitual, composta por educadores que defendem o método fônico e os defensores do letramento e das teorias identificadas com o Construtivismo sobre a melhor forma de alfabetizar. Catherine Snow é professora da Escola de Graduação em Educação na Universidade Harvard e realiza estudos sobre as *reading wars* e seus desdobramentos, há anos, nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Sua área de estudo concentra-se no desenvolvimento de linguagem e alfabetização de crianças, em especial na forma que as habilidades orais são adquiridas e se relacionam com os resultados da alfabetização. No ano de 2017, durante uma visita ao Brasil, conseguiu conhecer um pouco sobre essa “guerra” entre os defensores do método fônico e os do letramento.

Snow, em uma entrevista exclusiva à Revista Educação (2019), apontou sua defesa à utilização do melhor de cada método, afirmando que os alfabetizandos necessitam de oportunidades que os tornem bons leitores, compreendendo os textos de maneira efetiva. Esse processo consiste na construção de uma linguagem rica e na leitura completa do texto, no qual há envolvimento com o texto, além do acesso à instrução e prática com o princípio alfabético. Em sua entrevista, a psicóloga diz perceber que a aquisição da alfabetização é complexa e que são necessárias oportunidades para que se aprenda.

Em sua entrevista, ela pontua que a atenção metodológica ao princípio alfabético, que consiste em ensinar as letras, os sons que são representados por letras ou parte delas, é eficaz para muitos, porém, em alguns casos não é suficiente. Assim, essa não seria a única forma de se alfabetizar, pois para que se aprenda, efetivamente, é preciso entender tanto o código, quanto o conteúdo. As divergências entre os métodos de alfabetização diminuíram relativamente entre os professores, mas ainda assim, muitos estão mal preparados para alfabetizar alunos. Nesse sentido é importante currículos de alfabetização que apoiem professores que sentem-se, muitas vezes, incapazes de entender o campo de conhecimento ao qual cada método está ligado.

Magda Soares (2019), em uma entrevista para a Editora Contexto, afirma que a alfabetização não é uma questão de métodos, são campos de conhecimento no qual o professor deve se apropriar para ensinar ao aluno. No Brasil, há uma mudança na questão



dos métodos ao longo do tempo e mesmo assim, ainda se perpetua o problema e a dificuldade em alfabetizar todas as crianças.

A maioria das crianças que são classificadas como tendo “dificuldade de aprendizagem” na alfabetização são as que não descobriram que nós escrevemos os sons das palavras. Quando se fala em método, deve-se considerar todas essas teorias linguísticas, psicogenéticas e articulá-las, já que a criança vivencia tudo isso ao mesmo tempo quando está aprendendo a língua escrita.

Soares, em seu último livro, *Alfabetização: a questão dos métodos* (2016) pontua que a questão não é ter método para alfabetizar, mas alfabetizar com o método. Para que isso aconteça, exige-se que o professor obtenha o conhecimento de como a criança aprende cognitivamente, se desenvolve no quesito psicogenético, em que momento você pode entrar com cada um dos aspectos da alfabetização e o que é esse objeto linguístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada com base nas questões de alfabetização e letramento, para os quais foram selecionados autores renomados na alfabetização nacional — Magda Soares (2016; 2020), Marlene Carvalho (2000), Miriam Lemle (2001), Fernando Capovilla e Alessandra Capovilla (2007) — a fim de analisar em qual esfera metodológica esses autores estão, além de analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização, que são documentos oficiais que regem a alfabetização dos alunos.

Além disso, a pesquisa visa conceituar alfabetização e letramento de acordo com os autores selecionados, a fim de identificar a diferença entre as concepções acadêmicas mais divulgadas e por fim, analisar os discursos de duas pesquisadoras sobre o estudo da língua, da fala e da alfabetização a respeito da “guerra” existente, no Brasil e no mundo, em razão dos métodos de alfabetização — algo que já deveria ter sido superado há anos.

A BNCC (2017) e a PNA (2019) possuem caráter normativo e definem o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem ter ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. O trabalho teve como objetivo identificar de que forma a alfabetização é concebida pelas políticas públicas atuais e refletir sobre o que a documentação oficial considera a respeito desses autores e seus referidos métodos de alfabetização, com o intuito de verificar se a legislação se articula, efetivamente, com a produção científica.



Por meio dessa análise, foi possível perceber que esses documentos orientam a alfabetização, mas não fazem referência a um método específico. Os autores acadêmicos nomeados para a alfabetização possuem divergências presentes no que diz respeito à alfabetização, pois cada um considera um método e estratégias específicas de como se alfabetizar. Entretanto, salientamos que a maioria dos teóricos brasileiros consideram o método analítico, defendendo-o como a metodologia mais adequada de alfabetização.

Observamos e embasamos, empírica e subjetivamente, nossas hipóteses, que o conteúdo produzido e divulgado pela comunidade acadêmica não está em consonância com as políticas públicas atuais. Todavia, salientamos a importância de todos os educadores suplantarem a barreira ideológica e conhecerem a maior gama possível de métodos de alfabetização, uma vez que o processo de aprendizagem não é uniforme, estanque e homogêneo. E quanto maior o domínio do alfabetizador, mais possibilidades de alcance ao seu educando será sua *práxis*.

Analisando a entrevista de Catherine Snow (2019) e Magda Soares (2019) a respeito da querela dos métodos de alfabetização, é possível perceber que esse ainda é um problema recorrente no Brasil e deve ser superado, pois ainda há muitas crianças, jovens e adultos não-alfabetizados ou com problemas no processo de alfabetização. Com isso, o professor deve analisar e estudar os métodos propostos por autores e as recomendações da PNA e BNCC para a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também perceber a necessidade de aprendizado da sua turma em relação à leitura e à escrita e, por fim, utilizar o método que ele entende como o melhor para se alfabetizar, já que possui autonomia nessa decisão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Alfabetização Baseada na Ciência: Manual do Curso ABC**. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020**. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC/SEALF, 2019.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Brasília: MEC/SEALF, 2020c.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: Método Fônico**. São Paulo, SP: 2003. Memnon Critica 13 (1), 7-24.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: Método Fônico**. São Paulo: Memnon, 2007.

CARVALHO, M. **Guia Prático do Alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2004.

GONTIJO, C. M. **A Escrita Infantil**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMLE, M. **Guia Teórico do Alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2001.

MORTATTI, M. R. L. **Métodos de Alfabetização no Brasil: uma história concisa**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ORSO, P. J. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs). **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Expresso Popular, 2008.

PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. In: MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Recife: Editora Massangana, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. Revista da ANDE, São Paulo, Nº 9, p. 27-28, 1985.

SMOLKA, A. L. B. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: Alfabetização Como Processo Discursivo**. São Paulo: Cortez, 2003.

SNOW, C. Baseada na experiência dos EUA, especialista considera contraproducente a polêmica do MEC sobre métodos de alfabetização. **Revista Educação**, 3 de abr. 2019.

SOARES, M. A entrada da criança no mundo da escrita: o papel da escola. In: PARANÁ, SEED. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Pedagógicas Para os Anos Iniciais**. Curitiba, PR: SEED, 2010, p. 21-27.

SOARES, M. **Alfabetização: Questão dos Métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: Caminhos e Descaminhos. **Revista Pátio**, n. 29, 2004.

SOARES, M. “Vivi o Estado Novo e passei pela ditadura, mas nunca vi um período tão assustador como este na Educação”. [Entrevista concedida a] Laís Semis. **Editora Contexto**, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://blog.editoracontexto.com.br/vivi-o-estado-novo-e-passei-pela-ditadura-mas-nunca-vi-um-periodo-tao-assustador-como-este-na-educacao/>>. Acesso em: 22 maio 2022.



AUTORES

Vanessa Freitag de Araújo. Doutora em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Maringá - Brasil; Departamento de Fundamentos da Educação (DFE/UEM); Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2003-9896>. E-mail: vfaraujo2@uem.br

185

Lucas Men Benatti. Doutorando em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Maringá - Brasil; Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP/UEM); Programa de Pós Graduação em Educação (PPE/UEM). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1243-9734>. E-mail: lmbenatti2@uem.br

Beatriz Perdigão Ganassin. Pedagoga, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0002-1035-397X>. E-mail: ra111675@uem.br